



***GÊNERO E DIVERSIDADE: ESTADO DA ARTE DAS AÇÕES
DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO IFRS***

***GÉNERO Y DIVERSIDAD: ESTADO DEL ARTE DE ACCIONES
DOCENTES, INVESTIGACIÓN Y EXTENSIÓN EN IFRS***

***GENDER AND DIVERSITY: STATE OF THE ART OF TEACHING
ACTIONS, RESEARCH AND EXTENSION IN IFRS***

Andréia Schlick Esteves¹

Liliane Madruga Prestes²

RESUMO

O artigo apresenta os dados parciais da pesquisa, a qual teve como objetivo o mapeamento do estado da arte da abordagem de questões relacionadas a gênero e sexualidade no espaço educativo da Educação Profissional, Técnica e Tecnológica (EPT), em particular, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS. Para tanto, em um primeiro momento, efetuamos a revisão de literatura e a análise documental das políticas educacionais que orientam a EPT. Na sequência, foi feito o levantamento de ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito do IFRS durante o período de janeiro/2014 a maio/2019. Os resultados demonstram os avanços e, ao mesmo tempo, aponta os desafios para a abordagem de tais temáticas nos diversos níveis e modalidades de ensino, em particular, no contexto da educação profissional. Como exemplo, destacamos o avanço gradativo nas políticas institucionais voltadas à equidade de gênero e, ao mesmo tempo, destacamos a necessidade de consolidação e articulação dos núcleos de ações afirmativas. Entre estes, destacamos os Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade, os quais desempenham um papel imprescindível para potencializar e subsidiar as ações de ensino, pesquisa e extensão nos diversos campus.

PALAVRAS-CHAVE: Ações afirmativas. Diversidade. IFRS.

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza: Biologia e Química no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS - Campus Porto Alegre, onde participa do grupo de pesquisa Caleidoscópio e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade - NEPGS.

² Doutora em Educação. Professora do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional, Técnica e Tecnológica Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Porto Alegre -IFRS/POA. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Caleidoscópio: interseccionando estudos sobre educação, gênero, raça/etnia, classe, geração e mundo do trabalho, o qual integra pesquisadores/as do IFRS e instituições parceiras.

RESUMEN

El artículo presenta los datos parciales de la investigación, que tuvo como objetivo mapear el estado del arte en el abordaje de temas relacionados con el género y la sexualidad en el espacio educativo de la Educación Profesional, Técnica y Tecnológica (EPT), en particular, en el ámbito del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Rio Grande do Sul - IFRS. Para ello, en un primer momento, realizamos la revisión de la literatura y el análisis documental de las políticas educativas que orientan la EPT. A continuación, se realizó un relevamiento de las acciones de docencia, investigación y extensión realizadas bajo el alcance de las IFRS durante el período enero / 2014 a mayo / 2019. Los resultados evidencian los avances y, al mismo tiempo, señalan los desafíos para el abordaje de dichos temas en los diferentes niveles y modalidades de enseñanza, en particular, en el contexto de la formación profesional. Como ejemplo, destacamos el avance paulatino de las políticas institucionales orientadas a la equidad de género y, al mismo tiempo, destacamos la necesidad de consolidación y articulación de los núcleos de acción afirmativa. Entre ellos, destacamos los Centros de Estudios e Investigaciones en Género y Sexualidad, que juegan un papel fundamental en la mejora y subvención de las acciones de docencia, investigación y extensión en los distintos campus.

PALABRAS CLAVE: Acciones afirmativas. Diversidad. IFRS.

ABSTRACT:

The article presents the partial data of the research, which aimed to map the state of the art in addressing issues related to gender and sexuality in the educational space of Vocational, Technical and Technological Education (EFA), in particular, within the scope of the Institute Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Sul - IFRS. To do so, at first, we performed the literature review and the documentary analysis of the educational policies that guide EFA. Following, a survey of teaching, research and extension actions carried out under the scope of IFRS was carried out during the period from January / 2014 to May / 2019. The results demonstrate the advances and, at the same time, points out the challenges for the approach of such themes at the different levels and modalities of teaching, in particular, in the context of professional education. As an example, we highlight the gradual advance in institutional policies aimed at gender equity and, at the same time, we highlight the need for consolidation and articulation of the affirmative action nuclei. Among these, we highlight the Centers for Studies and Research in Gender and Sexuality, which play an essential role in enhancing and subsidizing teaching, research and extension actions on the various campuses.

KEYWORDS: Affirmative actions. Diversity. IFRS.

Introdução

A gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS, considerando-o enquanto instituição educativa, assumiu o compromisso de atuar no desenvolvimento de ações voltadas à educação para a valorização e promoção da diversidade. Logo, no ano de 2012, teve início o processo de

implementação de Políticas de Ações Afirmativas através da Portaria IFRS nº249 de 04/06/12 (IFRS, 2012). Contudo, somente no ano de 2014 é que foram aprovadas as diretrizes que formalizam e trazem princípios e subsídios para a Política de Ações Afirmativas do IFRS (Resolução CONSUP/IFRS nº22/2014). No artigo 10 da Resolução determina-se que:

Art. 1º Fica instituída a Política de Ações Afirmativas do IFRS, orientada para ações de inclusão nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, para a promoção do respeito à diversidade socioeconômica, cultural, étnico-racial, de gênero e de necessidades específicas, e para a defesa dos direitos humanos (IFRS, 2014, p.2).

Tal política institucional deu origem aos Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGS), os quais visam atender as demandas da comunidade tendo como referência as diretrizes da educação profissional técnica de nível médio (BRASIL, 2012) e as diretrizes para a educação em direitos humanos (BRASIL, 2012), entre outras normativas educacionais. Todavia, os NEPGS foram efetivamente regulamentados somente em 2017, mediante a aprovação da Resolução CONSUP/IFRS nº 037/2017 (IFRS, 2017). Entre as competências previstas, destacamos o estudo e a produção de conhecimento científico sobre as temáticas de gênero e sexualidade a fim de contribuir para este campo de conhecimento e para os currículos dos cursos ofertados. Além disso, os Núcleos visam fomentar e subsidiar ações de ensino, pesquisa e extensão que contemplem temáticas demandadas pelas respectivas comunidades. Tais iniciativas incluem a produção de subsídios teóricos e metodológicos para a implementação de estratégias voltadas à promoção do acesso aos direitos fundamentais (tais como educação, saúde, trabalho, justiça etc.), à equidade de gênero e à educação para a sexualidade.

Frente a estes desafios e buscando contribuir para a consolidação dos NEPGS enquanto política de ação afirmativa consideramos primordial nos apropriarmos do que vem sendo realizado em âmbito institucional. Dito isso, por meio deste estudo realizamos tal mapeamento, tendo por inspiração os estudos de Romanowski e Ens (2006), os quais utilizam a expressão "estado da arte" e a definem como

... uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições

da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 39).

A metodologia do estudo foi de caráter qualitativo e constou de revisão de literatura e a análise documental das políticas educacionais que orientam a EPT. Incluiu também o mapeamento das ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito do IFRS durante o período de janeiro/2014 a maio/2019 e disponibilizadas nos Anais do *Salão de Ensino, Pesquisa e Extensão* bem como nos repositórios institucionais (*Sistema Pergamun e Sistema de Gerenciamento de Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão - SigProj*).

Na extensão deste texto, compartilhamos uma síntese de tais estudos articulando com os referenciais teóricos que balizaram as análises.

Contextualizando a Pesquisa

As análises apresentadas no decorrer deste texto integram os resultados parciais da pesquisa desenvolvida no período de agosto de 2018 a agosto de 2019, estando vinculada ao NEPGS - IFRS/Campus Porto Alegre. Para tanto, tivemos o apoio institucional mediante a concessão de bolsa de iniciação científica custeada pela Fundação de Amparo à Pesquisa no Rio Grande do Sul - FAPERGS em parceria com o IFRS. O projeto foi submetido a Edital de fomento, tendo sido contemplado e contando com a participação de estudante do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza: Biologia e Química, ofertado no campus. Nosso objetivo com esse estudo foi mapear o estado da arte quanto às propostas de ensino, pesquisa e extensão que enfocam temáticas relacionadas aos estudos de gênero e sexualidade, em particular, na Educação Profissional, Técnica e Tecnológica (EPT) ofertada pelo IFRS. Em termos metodológicos, a pesquisa se configurou como qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, tendo como referencial os estudos realizados por Gil (2007).

Inicialmente, realizamos uma revisão de literatura, a fim de aprofundarmos os estudos sobre os conceitos de gênero e sexualidade e suas articulações com a educação profissional. Entre os referenciais teóricos que balizaram a pesquisa, citamos Joan Scott (1995), Guacira Louro (1997), Deborah Britzman (2000), Jimena Furlani (2010), Fernando Seffner (2011), Joice Berth (2019), entre outras/os autoras/es. Na sequência, realizamos a análise documental das Diretrizes para a Educação Profissional (Brasil, 2012) e o documento base da Política de Ações Afirmativas do IFRS (IFRS, 2014).

Com base em tais premissas, no tocante ao conceito de gênero, compartilhamos da perspectiva apresentada pela pesquisadora Joan Scott (1995), que assim o apresenta:

Minha definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão inter-relacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos. (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995, p. 86).

Tal entendimento nos desafia a ampliarmos as reflexões acerca das pedagogias de gênero e sexualidade (re) produzidas institucionalmente e, por sua vez, nos remete a repensarmos os currículos e as estratégias de ensino e avaliação. Para Louro (2004) isto implica considerarmos o fato de que

[...] Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, locus das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe — são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores. Todas essas dimensões precisam, pois, ser colocadas em questão. É indispensável questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem. Atrevidamente é preciso, também, problematizar as teorias que orientam nosso trabalho (incluindo, aqui, até mesmo aquelas teorias consideradas "críticas"). Temos de estar atentas/os, sobretudo, para nossa linguagem, procurando perceber o sexismo, o racismo e o etnocentrismo que ela frequentemente carrega e institui (LOURO, 2004, p. 64).

Louro (2004) nos interpela a problematizarmos as práticas pedagógicas e as teorias que as fundamentam, o que implica a adoção de uma postura ética, reflexiva e comprometida com a promoção da equidade de gênero. No tocante à educação para a sexualidade, compartilhamos do entendimento produzido por Deborah Britzmann (2000) para a qual as práticas educativas estão pautadas pelo viés político de nossa atuação e, conseqüentemente, requerem o alinhamento com as lutas em defesa dos direitos civis, do acesso a informação e da liberdade - quer seja individual ou coletiva. Para ela,

[...] deve também haver uma disposição de parte das professoras para desenvolver sua própria coragem política, numa época em que pode não ser tão popular levantar questões sobre o cambiante conhecimento da sexualidade. Isso significa que a sexualidade tem muito a ver com a capacidade para a liberdade e com os direitos civis e que o direito a uma informação adequada é parte daquilo que vincula a sexualidade tanto com o domínio imaginário quanto com o domínio público (BRITZMANN, 2000, p. 80).

Tais estudos corroboram para o entendimento de que, no contexto da educação profissional, a abordagem de questões de gênero e sexualidade implica compreender a interseccionalidade (entre raça, classe social e geração) como fator imprescindível para as análises. Requer ainda considerar a dualidade estrutural histórica da sociedade brasileira, a qual é (re) produzida na escola e no mundo do trabalho. Buscando nos apropriarmos de tais estudos, nos remetemos às pesquisas de Berth (2019), cuja escrita tem como embasamento o movimento feminista negro, em especial, problematizando as relações de poder que pautam as relações de gênero e sexualidade. Cita, por exemplo, as opressões sofridas pelas mulheres negras na sociedade branca, capitalista, heteronormativa e patriarcal. Para Joice Berth,

Seguindo os princípios de interseccionalidade de Crenshaw, o posicionamento de mulheres negras é um divisor de águas para toda a luta feminista, uma vez que levanta questionamentos acerca da homogeneidade do ser feminino universal, cunhado por mulheres brancas dentro do feminismo, e ressignifica todo o trabalho de empoderamento partindo desse locus social que, invariavelmente, abarca outros entendimentos que envolvem as opressões em outros níveis, inclusive determinando a diversidade e a complexidade que adquire à medida que se insere nas realidades adjacentes dos grupos minoritários. O pensamento de feministas negras abre dimensões importantes do trabalho de empoderamento, ao mesmo tempo em que define a necessidade de interligação entre essas dimensões e que não se pode dissociar os processos individuais dos processos coletivos (BERTH, 2019, p. 61).

No contexto brasileiro, a dualidade estrutural, referida pela autora, pode ser comprovada pelo levantamento, realizado em 2017, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018). Conforme tais estatísticas, os serviços domésticos e a construção civil lideram as atividades que recebem menor remuneração. No caso dos serviços domésticos, há uma presença majoritária de trabalhadoras mulheres (5, 8 milhões) em relação aos homens (475 mil). Já no âmbito da construção civil, o contrário prevalece, ou seja, um contingente maior de homens (6,8 milhões) comparado ao quantitativo de mulheres (240 mil). Convém destacar a relevância da interseccionalidade em tais análises, pois essa implica compreender, por exemplo, que o trabalho doméstico é exercido por mulheres e, neste caso, em sua maioria, mulheres negras. Há que se considerar ainda que, conforme dados do Instituto de Pesquisas em Economia Aplicada - IPEA (2018), as mulheres negras recebem uma renda inferior aos homens negros que, cuja remuneração é inferior ao das mulheres brancas. Isto posto, retomamos aos estudos de Berth (2019), os quais apontam a importância do feminismo

negro para a desconstrução de uma identidade universal de mulher, não raras vezes pautada por padrões brancos e heteronormativos.

Além do acima exposto, na atual conjuntura, presenciamos a proliferação de projetos de lei contrários à abordagem de temas relacionados a gênero e sexualidade no contexto das escolas. Entre tais retrocessos, citamos a exclusão de tais termos no Plano Nacional de Educação – 2014-2024 (BRASIL, 2014). Paradoxalmente, há o aumento das violências de gênero (feminicídios, homolesbotransfobia, entre outros) e desigualdades sociais e econômicas que assolam a maioria da população, incluindo jovens e adultos que frequentam nossas instituições públicas de educação. Como exemplo do aumento exponencial das violências, citamos os dados da pesquisa realizada pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2020), a qual revela um aumento de 70% no número de assassinatos de pessoas trans no período entre 1 de janeiro de 31 de agosto de 2020, quando comparado com o mesmo período de 2019.

Frente a este cenário, no âmbito institucional e enquanto integrantes dos NEPGS, entendemos que é necessário nos apropriarmos e nos aprofundarmos nos estudos, o que implica um olhar sobre as nossas próprias práticas. Ancoradas em tais premissas, realizamos o mapeamento das ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no IFRS durante o período de janeiro de 2014 a maio de 2019. As fontes de pesquisa utilizadas foram os projetos cadastrados no sistema de gerenciamento de projetos (SIGPROJ); nos Anais das três primeiras edições realizadas do Salão de Pesquisa, Extensão e Ensino do IFRS e no repositório de trabalhos de conclusão de curso disponibilizados no repositório digital da Biblioteca Central (Sistema Pergamum).

Os dados produzidos foram organizados considerando a classificação já contida nos referidos repositórios e a utilização dos seguintes descritores: gênero; sexualidade; diversidade; mulher e/ou mulheres; homem/homens; LGBT e/ou LGBTI+; homofobia e/ou homolesbotransfobia. Justificamos o uso de alguns descritores no singular e no plural pois ao testá-los, constatamos que os sistemas apontavam para dados diferenciados.

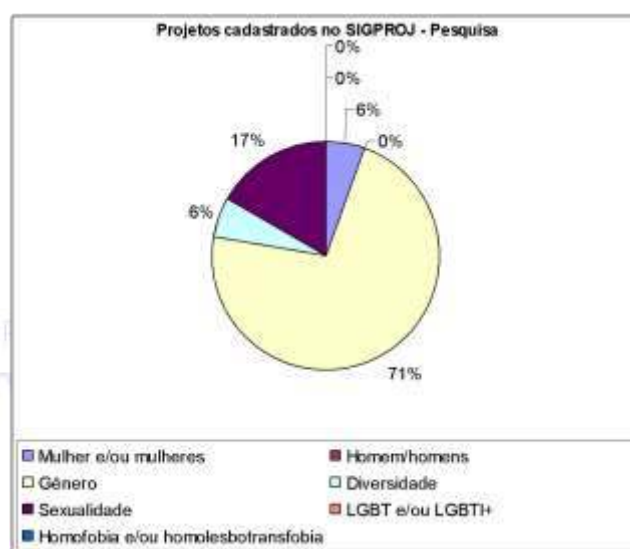
Dito isso, buscamos contribuir para os debates enfocando gênero e sexualidade no âmbito das ações desenvolvidas pelo IFRS, nos diversos contextos em que os campi estão inseridos.

Resultados e Discussões

Primeiramente, apresentamos os dados produzidos a partir do mapeamento de projetos cadastrados no sistema institucional de gerenciamento de projetos conhecido como SIGPROJ. As categorias de análise foram definidas com base na própria configuração do sistema, no qual o proponente seleciona o tipo de projeto que está submetendo (no caso, as opções são ensino, pesquisa ou extensão).

Na categoria “pesquisa” encontramos 21 projetos cadastrados, dos quais 18 estão relacionados com temáticas de gênero e sexualidade (gráfico 1).

Gráfico 1: Projetos de pesquisa cadastrados no SIGPROJ



Fonte: Produzido pelas autoras

Quanto aos percentuais detectados, averiguamos que o descritor gênero contempla um número maior de pesquisas comparado aos demais utilizados neste estudo. Para ilustrar o exposto, destacamos a ausência de temáticas nos descritores LGBTI/LGBTI+ e Homofobia/Homolebotransfobia, o que denota a necessidade de ampliação de estudos. Além disso, a análise dos dados nos permite perceber o quanto a palavra gênero possui um caráter polissêmico, ou seja, engloba diferentes significados nas diversas áreas de conhecimento (por exemplo, gênero alimentício, gênero textual, etc.). Em vista disso, além dos descritores, realizamos a leitura de todos os resumos a fim de categorizarmos os trabalhos com base nos aportes teóricos dos estudos de gênero e sexualidade. Com relação a isso, apontamos a necessidade de ampliarmos os conhecimentos bem como aprimorarmos os protocolos acerca do cadastro dos projetos. Em especial, chamamos a

atenção para a escolha de palavras-chave, as quais são importantes filtros de pesquisa que, conseqüentemente, impactam no acesso e/ou visibilidade dos estudos.

No âmbito da categoria “extensão”, pelo gráfico 2 demonstramos o quanto a abordagem de temáticas de gênero e sexualidade tem sido contempladas, sendo identificadas um total de 216 propostas cadastradas.

Gráfico 2: Projetos de extensão cadastrados no SIGPROJ



Fonte: Produzido pelas autoras

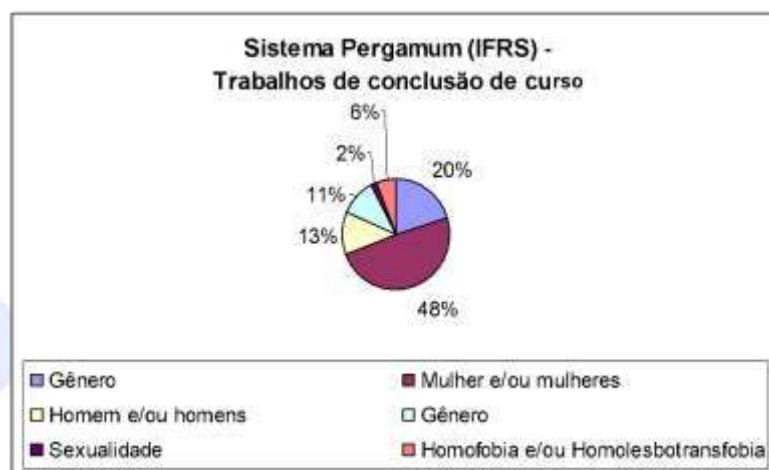
Os dados acima nos convidam à reflexão sobre a prevalência de propostas de extensão e a inexistência de registro na área de ensino, uma vez que não localizamos nenhuma proposta cadastrada no período pesquisado. Isto nos remete ao estudo de Jimena Furlani (2010), no qual chama a atenção para o fato de que é fundamental a inclusão de gênero e sexualidade nos currículos escolares, de forma transversal e para além das ações de extensão. A autora argumenta que

A inserção dos Estudos de Gênero, dos Estudos Feministas, dos estudos Gays e Lésbicos, dos estudos sobre as várias sexualidades, dos estudos sobre as populações de origem africana e as muitas etnias, etc., são fundamentais aos currículos de hoje. Currículos, inclusive, do Ensino Superior, para formação de profissionais da educação, da saúde, das comunicações, do legislativo e do judiciário (seja em cursos de graduação ou pós-graduação) esses saberes se tornaram fundamentais para o reconhecimento da subordinação e da mudança à uma sociedade mais igual. Pessoas que demonstram dificuldade ou incapacidade em identificar o saber-poder contido em determinado conhecimento e/ou informação podem estar apontando para as limitações de sua formação. Nesse sentido, os processos educacionais de formação continuada adquirem especial relevância no sentido de

proporcionar referenciais teóricos que possibilitem a inclusão de “novos olhares” e de discussões ausentes na formação inicial (FURLANI, 2010, p. 54).

Dando continuidade ao estudo, no gráfico 3 sistematizamos os resultados do mapeamento realizado no sistema de catalogação de Bibliotecas do IFRS, o Pergamum. Neste artefato, encontramos 59 trabalhos de conclusão de curso, sendo que deste total, 50 trabalhos abordam especificamente temáticas de gênero e sexualidade. Como citado anteriormente, tais dados foram obtidos a partir da utilização de descritores (gráfico 3) seguidos da leitura dos resumos.

Gráfico 3: Trabalhos de Conclusão de Curso cadastrados no Sistema Pergamum/IFRS



Fonte: Produzido pelas autoras

Os dados acima revelam que para o descritor “Gênero e sexualidade” há um predomínio de estudos sobre questões relacionadas à/às mulher/es, atingindo um percentual de 48% dos estudos. Já com relação aos descritores *homem/homens* encontramos um total de 13% de produções, em sua maioria, voltadas para a abordagem de peças de vestuário produzidas no contexto de cursos técnicos da área ofertados pelo IFRS. Destacamos também a presença de trabalhos enfocando homofobia e/ou homossexualidade e seus impactos no contexto da educação profissional, os quais são enfocados principalmente nos cursos de licenciaturas.

Quanto à divulgação de pesquisas nos eventos institucionais, julgamos pertinente elucidar que, a partir do ano de 2016, o IFRS passou a realizar o *Salão de Ensino, Pesquisa e Extensão*. Tal evento tem sido realizado anualmente e congrega seminários específicos nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Tais atividades ocorrem de forma simultânea e tendo como local a cidade de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul (RS),

onde fica a sede da Reitoria. A inscrição de trabalhos é reservada para projetos institucionais contemplados em editais de fomento interno e/ou externo. Tal limitação de participantes decorre dos custos do evento, cujas despesas com alimentação e hospedagem estão previstas no orçamento anual que é destinado ao Salão. As inscrições são realizadas pelo Portal de Eventos do IFRS3, no qual também estão disponibilizados os Anais das primeiras edições já realizadas até o momento e que serviram como fonte para os dados produzidos neste estudo.

O 1º Salão de Pesquisa, Extensão e Ensino do IFRS foi realizado no período de 16 a 18 de novembro/2016, cujo tema central foi *Convergência de olhares: a indissociabilidade entre pesquisa, extensão e ensino*. A primeira edição do Salão congregou sete (7) eventos, a saber: 5º Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica (5º SICT); 4º Seminário de Extensão (4º SEMEX); 3º Seminário de Educação Profissional e Tecnológica (3º SEMEPT), 4ª Mostra de Robótica (4ª MR) e 3ª Mostra Cultural (3ª MC), o I Seminário de Internacionalização (1º SI) e o de I Seminário de Pós-Graduação (1ºSPG). Nos Anais do 1º Salão encontramos os trabalhos submetidos em três eventos realizados, conforme tabela 1.

Tabela 1: Trabalhos apresentados no 1º Salão de Pesquisa, Ensino e Extensão do IFRS

Descritor	Trabalhos apresentados no 1º Salão do IFRS			
	5º Salão de Iniciação Científica e Tecnológica - SICT	4º Seminário de Extensão - SEMEX	3º Seminário de Educação Profissional e Tecnológica - SEMEPT	TOTAL
Mulher e/ou mulheres	1	1	0	2
Homem e/ou homens	0	0	0	0
Gênero	2	1	2	5
Diversidade	0	1	1	2
Sexualidade	1	1	1	3
LGBT e/ou LGBTI+	0	0	0	0
Homofobia e/ou Homosbo-transfobia	0	0	0	0
TOTAL	4	4	4	12

Fonte: Produzido pelas autoras

Ao analisarmos os Anais do 1º Salão IFRS, detectamos alguns entraves, principalmente, em relação à dificuldade de localização no *site* institucional.

3 Disponível em <http://eventos.ifrs.edu.br/index.php/Salao/index>. Acesso em: 01 mar. 2019.

Observamos também que o problema foi resolvido nas edições subsequentes, as quais passaram a contar com um portal institucional específico para eventos. Outro fator a ser destacado é que foram organizados Anais somente de três (3) dos sete (7) eventos realizados no 1º Salão. Conforme demonstramos com a tabela 1, há um número equitativo de trabalhos inscritos nos três (3) eventos citados. Ao mesmo tempo, assim como nas demais categorias, registramos novamente a ausência de trabalhos nos descritores LGBT/LGBTI+.

A segunda edição do Salão ocorreu nos dias 10 e 11 de novembro de 2017 e teve como tema central “*A nova realidade nacional: riscos e desafios para ensino, pesquisa e extensão na Educação Profissional e Tecnológica*”. O 2º Salão congregou sete eventos: 6º Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica (6º SICT), 5º Seminário de Extensão (5º SEMEX), 4º Seminário de Educação Profissional e Tecnológica (4º SEMEPT), 2º Seminário de Pós-graduação (2º SPG), 2º Seminário de Internacionalização (2º SI), 5ª Mostra de Robótica (5ª MC) e 4ª Mostra Cultural (4ª MC). Assim como no anterior, neste 2º Salão somente três de seus eventos possuem Anais, cujos dados compilamos na tabela 2.

Tabela 2: Trabalhos apresentados no 2º Salão de Pesquisa, Ensino e Extensão do IFRS

Descritor:	Trabalhos apresentados no 2º Salão do IFRS			
	6º Salão de Iniciação Científica e Tecnológica - SICT	5º Seminário de Extensão - SEMEX	4º Seminário de Educação Profissional e Tecnológica - SEMEPT	TOTAL
Mulher e/ou mulheres	0	2	0	2
Homem e/ou homens	0	0	0	0
Gênero	0	3	1	4
Diversidade	0	2	1	3
Sexualidade	0	3	1	4
LGBT e/ou LGBTI+	0	0	0	0
Homofobia e/ou Homosbo-transfobia	0	0	0	0
TOTAL	0	10	3	13

Fonte: Produzido pelas autoras

O 3º Salão de Pesquisa, Extensão e Ensino do IFRS foi realizado em 2018, com o tema *Os desafios da inserção das mulheres na ciência*. Todavia, apenas três eventos

trabalhados contemplaram tal temática. Contudo, conforme enfatizamos anteriormente, a participação no Salão é restrita a estudantes cujos projetos são contemplados com fomento interno e/ou externo.

O 3ª Salão congregou sete eventos: 7º *Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica (7º SICT)*, 6º *Seminário de Extensão (6º SEMEX)*, 5º *Seminário de Educação Profissional e Tecnológica (5º SEMEPT)*, 3º *Seminário de Pós-graduação (3º SPG)*, 3º *Seminário de Internacionalização (3º SI)*, *Mostra de Inovação e Tecnologias e Mostra de Arte e Cultura*. Com relação às edições anteriores, o 3º Salão inovou ao ampliar as seções para a apresentação, contando com quatro possibilidades para a submissão de trabalhos, a saber: ensino, pesquisa, extensão e indissociabilidade, sendo esta última incluída no SICT, SEMEX e SEMEPT. Outro destaque foi a realização do Desafio Criativo, atividade paralela em que os estudantes apresentaram alternativas voltadas à promoção da acessibilidade no âmbito das práticas de ensino na EPT. Nesta primeira edição o tema foi “*Soluções para a Inclusão*” e teve como objetivo o desenvolvimento de tecnologias assistivas. Abaixo apresentamos os dados produzidos a partir do mapeamento feito nos Anais do 3º Salão e expressos na tabela 3 a partir do descritor “gênero e sexualidade”:

Tabela 3: Trabalhos apresentados no 3º Salão de Pesquisa, Ensino e Extensão do IFRS

Descritor	Trabalhos apresentados no 3º Salão do IFRS			
	7º Salão de Iniciação Científica e Tecnológica - SICT	6º Seminário de Extensão - SEMEX	5º Seminário de Educação Profissional e Tecnológica - SEPT	TOTAL
Mulher e/ou mulheres	3	0	0	3
Homem e/ou homens	0	0	0	0
Gênero	2	2	0	4
Diversidade	0	2	4	6
Sexualidade	0	0	1	1
LGBT e/ou LGBTI+	0	0	0	0
Homofobia e/ou Homofobia	0	0	0	0
TOTAL	5	4	5	14

Fonte: Produzido pelas autoras

No que se referente à inclusão da população LGBTI+ nos espaços educativos de educação profissional, o levantamento realizado pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT (2016) aponta que a escola é um dos espaços de maior vulnerabilidade e insegurança, no qual as violências de gênero são (re) produzidas. A fim de contrapormos tal realidade e apoiadas em nossa pesquisa, trazemos a proposta da inclusão de temáticas LGBTI+ nos currículos e também o desenvolvimento de materiais pedagógicos, a ampliação de canais de comunicação e o investimento em políticas públicas, em fortalecimento à ABGLT que destaca que:

Materiais pedagógicos baseados em evidências (para professores/as e estudantes) precisam ser elaborados, disponibilizados e utilizados nas escolas para promover o respeito a todos e a todas, sem distinção de qualquer característica pessoal. Isto deve ocorrer de forma transversal, com base na educação em direitos humanos. Deve haver supervisão regular das práticas de ensino para garantir que os conteúdos curriculares sobre a promoção do respeito à diversidade sexual sejam implementados efetivamente. São necessários canais por meio dos quais estudantes LGBT possam denunciar discriminação e violência LGBTfóbica, com mecanismos assegurados de seguimento para garantir que esses problemas sejam enfrentados efetivamente. Precisam ser aprovadas leis contra crimes de ódio e discriminação motivados por orientação sexual e identidade/expressão de gênero. O governo precisa destinar recursos financeiros especificamente para pesquisas sobre a comunidade LGBT, para que haja dados empíricos para sustentar intervenções e políticas públicas. Uma campanha precisa ser veiculada nos meios de comunicação para sensibilizar sobre os efeitos da discriminação e do bullying contra estudantes LGBT (ABGLT, 2016, p. 20).

Diante tal cenário, o mapeamento das ações desenvolvidas no âmbito do IFRS demonstra o quanto gradativamente a instituição vem avançando nos estudos e ações voltadas à promoção da equidade de gênero. Em termos de políticas institucionais, citamos a recente aprovação da Resolução CONSUP nº.42/2020 (IFRS/2020) que institui a Política de Prevenção e Combate ao Assédio e à Violência no IFRS cujo objetivo é proporcionar mecanismos de acolhimento, prevenção e resolução no contexto institucional. Contudo, ao enfocarmos tais políticas remetemos aos estudos desenvolvidos por Fernando Seffner (2011), o qual chama a atenção para o fato de que:

As políticas de promoção da diversidade sexual e da equidade de gênero não são políticas para minorias na escola. Em outras palavras, elas não são feitas “apenas” para os meninos afeminados ou mais sensíveis, “apenas” para as meninas que gostam de outras meninas, “apenas” para os meninos e as meninas que optam por modos

transexuais. Existe uma vinculação clara entre o respeito à diferença sexual e de gênero e a qualidade das aprendizagens escolares. Políticas de equidade promovem um ambiente escolar mais sadio para todos e todas, diminuindo preconceitos e situações de baixa autoestima que potencialmente podem afetar qualquer aluno, pois todos nós temos atributos pessoais que podem nos tornar alvo de estigma, gerando tensão social, que diminui as chances de rendimento escolar (SEFFNER, 2011, p. 571).

Isto posto, enfatizamos a função social e a responsabilidade ética de nossas instituições educacionais na elaboração de estratégias voltadas à promoção da educação para a diversidade e em direitos humanos. Ao mesmo tempo, a difusão de tais ações para que possam fomentar outras em diferentes contextos educacionais.

Considerações Finais

Ao realizarmos o mapeamento das ações de ensino, pesquisa e extensão, englobando temáticas de gênero e sexualidade propomos ampliarmos e, ao mesmo tempo, compartilharmos os conhecimentos produzidos no âmbito do IFRS. Paralelamente, ao aprofundarmos as análises, nos deparamos com questões que, não raras vezes, acabam sendo (in) visibilizadas em nosso cotidiano escolar. Isto remete a necessidade de que, no âmbito dos NEPGS, possamos ampliar e, ao mesmo tempo, consolidarmos uma rede interativa e colaborativa, incluindo os diversos campi e demais segmentos da comunidade.

Com relação aos Trabalhos de Conclusão de Curso disponibilizados no repositório *Pergamum*, identificamos 59 produções, das quais 50 tem relação direta com os estudos de gênero e/ou sexualidade. Além de demonstrar o quanto tais temáticas estão presentes nos estudos e debates institucionais, o mapeamento aponta ainda para a importância de aprimorarmos os procedimentos adotados pelos/pelas pesquisadores/as ao registrarem suas produções acadêmicas (tais como os dados da ficha catalográfica e, em especial, o registro das palavras-chave).

Quanto aos dados produzidos, no tocante aos projetos cadastrados no SIGPROJ são categorizadas majoritariamente como extensão. No âmbito do ensino chama a atenção o fato de que não diagnosticamos registros de nenhuma ação catalogada. As temáticas referentes a mulheres, gênero e diversidade prevalecem em detrimento de outras tais como LGBT/LGBTI+ e violências de gênero como LGBTfobia/homolesbotransfobia. Tal realidade também prevalece na análise dos Anais

das três edições do Salão de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFRS, realizado desde 2016.

Ainda com relação aos eventos, chamamos a atenção para o fato de que no 3ª Salão a temática foi *Mulheres na Ciência*. Todavia, a participação no Salão é restrita a projetos contemplados com fomento interno e/ou externo, razão pela qual contou com apenas três (3) trabalhos na categoria mulher (es). Isto nos remete a reflexão sobre os critérios avaliativos dos projetos para concessão de recursos, lembrando que recentemente, o governo federal exarou uma Portaria MCTIC nº1.122/2020⁴ que exclui as Ciências Humanas das prioridades dos Projetos de Pesquisa no CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) até o ano de 2023. Todavia, o estudo aponta o avanço gradativo nas políticas institucionais voltadas à promoção da equidade de gênero. Quanto aos desafios, julgamos pertinente destacar a necessidade de consolidação dos Núcleos de Ações Afirmativas nos diversos campi, entre os quais citamos os NEPGS (Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade). Atualmente, tais núcleos contam com representantes dos diferentes segmentos da comunidade interna e externa e são responsáveis por propor e subsidiar ações de ensino, pesquisa e extensão. Entretanto, a alta rotatividade das equipes dos núcleos implica na necessidade de organizarmos um programa permanente de formação inicial e continuada, o qual poderá ser organizado em parceria com outras instituições. Além disso, julgamos pertinente o apoio institucional para a produção de subsídios teóricos e metodológicos que subsidiem as ações dos NEPGS junto à comunidade.

Por fim, a partir do mapeamento realizado ressaltamos a importância de promovermos maior visibilidade para as ações desenvolvidas com o intuito de subsidiar e inspirar o desenvolvimento de outras. Para tanto, sugerimos a formação de uma rede institucional mediante a criação de um Observatório da Diversidade, destinado ao compartilhamento de ações afirmativas desenvolvidas em parceria com membros da comunidade interna e/ou externa nos diversos campus do IFRS.

Referências

ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Boletim nº 04/2020 - 01 de janeiro a 31 de agosto de 2020 – Assassinatos de Travestis e Transexuais**

4 Disponível em: <https://www.sbhc.org.br/informativo/view?ID_INFORMATIVO=169> Acesso em: 20 abr.2020.

Brasileiras em 2020. Disponível

em:<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/09/boletim-4-2020-assassinatos-antra-1.pdf>. Acesso em: 18 nov.2020.

ABGLT, Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais.** Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>. Acesso em: 02 abr.2019.

BERTH, Joice. **Empoderamento.** São Paulo: Pólen Livros, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 6/2012.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 02 abr.2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 – Plano Nacional de Educação (2014-2024).** Brasília: Edições Câmara, 2014.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, Sexualidade e Currículo. In: LOURO, Guacira. (Org.). **O corpo Educado - Pedagogias da Sexualidade.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.

FURLANI, Jimena. Gêneros e Sexualidades – problematizando a educação e processos de produção de conhecimentos. **Revista Instrumento: R. Est. Pesq. Educ.** Juiz de Fora, v. 12, n. 1, jan./jun. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS). **Resolução IFRS/CONSUP nº 022, de 25 de fevereiro de 2014. Institui as Políticas de Ações Afirmativas do IFRS.** Bento Gonçalves, RS.2014. Disponível em: [https://ww1.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2014210132826341anexo_resolucao_22_14_\(1\).pdf](https://ww1.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2014210132826341anexo_resolucao_22_14_(1).pdf). Acesso em 30 out.2019.

_____. **Portaria IFRS nº249 de 04 de junho de 2012.** Bento Gonçalves, RS. 2012.

_____. **Resolução CONSUP nº.42/2020 .** Bento Gonçalves, RS. 2020

LOURO, Guacira Lopes. (org.). **O corpo educado. Pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 1999.

_____. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis: Editora Vozes, 2004. 7ª Ed.

REIS, Toni (org.). **Manual de Comunicação LGBTI+.** 2ª edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/ Gay Latino, 2018. Disponível em <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 02 abr.2019.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. **Revista Diálogo Educacional.** Curitiba: Editora PUC-PR, vol. 6, n. 19, set./dez., p. 37-50, 2006. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/1891/189116275004.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2019.

SEFFNER, Fernando. Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de gênero e sexualidade. **Rev. Estud. Fem. [online].** 2011, vol.19, n.2, pp.561-572. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a17.pdf>. Acesso em 04 mar.2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade.** Porto Alegre: FAGED/UFRGS, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.



Recebido em maio de 2020.

Aprovado em junho de 2020.